



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

80 anos

Solenidade marca oito décadas
da Corte de Contas do Ceará.

Entrevista

Ministro Benjamin Zymler fala
sobre Acordo de Leniência.

CONTROLE ~ CIDADÃO



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



NOVA GESTÃO

Conselheiro Edilberto Pontes assume a Presidência da Corte de Contas do Ceará, com o compromisso de tornar o Tribunal mais efetivo, ágil, diligente e próximo da sociedade.

O Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC), criado em 1995 pela Lei Orgânica do TCE-CE Nº 12.509/95, figura como uma das escolas de contas mais antigas do país. Seu nome é uma homenagem ao ex-governador do estado do Ceará e ex-membro desta Corte de Contas, Ministro Plácido Aderaldo Castelo, personalidade relevante na história do Tribunal e com reconhecida contribuição para o desenvolvimento do Ceará.

 /tceceara

 /institutoplacidocastelo

 /tceceara

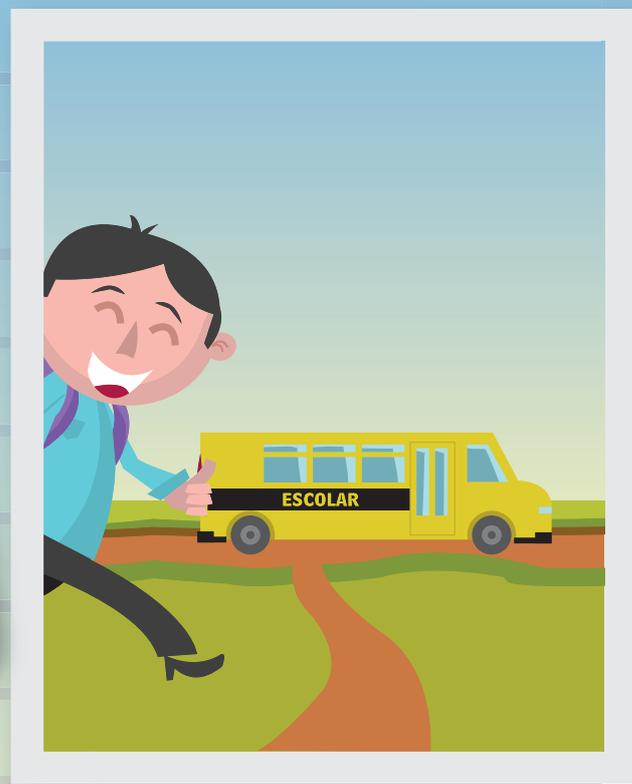
 /ipc_tce



INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO


INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO

O futuro
= levado com =
segurança



Ajude a proteger o futuro dos nossos estudantes.
Vamos juntos virar a página da insegurança no transporte escolar.

Denuncie: (85) 3212.2222 | 0800.079.6666

ouvidoria@tce.ce.gov.br | www.tce.ce.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ

CONSTRUINDO O TRIBUNAL DO SÉCULO XXI



EDILBERTO PONTES

Presidente do TCE Ceará

É com grande responsabilidade e muita disposição que assumo a Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, consciente de que os desafios são gigantescos. Vivemos tempos difíceis, em que as notícias de corrupção geram perplexidade na nação brasileira e a crise econômica e política nos deixa apreensivos sobre o futuro, causando-nos profundo mal-estar.

O cidadão exige serviços públicos melhores e um Estado mais eficiente. Nesse contexto, o Tribunal de Contas cumpre o papel essencial de avaliar políticas, auditar programas e apontar desperdícios em busca de melhores resultados. Nossa grande ambição é evitar os desvios antes que ocorram, atuar preventivamente, valendo-se, para tanto, do uso intensivo da tecnologia da informação, do cruzamento de dados e de métodos científicos e estatísticos avançados. É o século XXI, com seus desafios e possibilidades.

Queremos estar mais próximos do cidadão, afinal, não se concebe uma instituição pública da envergadura do Tribunal de Contas isolada. Sabemos que essa tarefa exige de nós um esforço maior na ampliação do diálogo, na divulgação dos trabalhos, na utilização de uma linguagem não-técnica, no compromisso permanente de prestar esclarecimentos sobre o que está sendo realizado.

A Revista Controle Cidadão é mais um canal para que a sociedade conheça nossa missão, divulgada com altivez e independência e exercida com bastante afinco, prezando sempre pela harmonia e cooperação com todas as instituições, no estrito cumprimento do dever de zelar pelos recursos públicos.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'E' followed by a series of loops and a final flourish.



O DOE é o veículo de comunicação oficial dos atos processuais e administrativos da Corte de Contas, disponibilizado no Portal institucional.

- ✓ Mais transparência
- ✓ Modernização
- ✓ Economia
- ✓ Celeridade
- ✓ Praticidade
- ✓ Sustentabilidade



www.tce.ce.gov.br

COMPOSIÇÃO ATUAL

PRESIDENTE

EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA

VICE-PRESIDENTE

RHOLDEN BOTELHO DE QUEIROZ

CORREGEDOR

JOSÉ VALDOMIRO TÁVORA DE CASTRO JÚNIOR

CONSELHEIROS

LUÍS ALEXANDRE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO DE PAULA PESSOA

TEODORICO JOSÉ DE MENEZES NETO

SORAIA THOMAZ DIAS VICTOR

PATRÍCIA LÚCIA SABOYA FERREIRA GOMES

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

ITACIR TODERO (OUVIDOR)

PAULO CÉSAR DE SOUZA

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

PROCURADOR-GERAL

EDUARDO DE SOUSA LEMOS

PROCURADOR

GLEYDSO ANTONIO PINHEIRO ALEXANDRE

Novos desafios

A Corte de Contas do Estado do Ceará vive um novo momento. Eleito para o biênio 2016/2017, o presidente Edilberto Carlos Pontes Lima assume o cargo com grandes desafios. Entre seus compromissos estão os de intensificar o controle concomitante das Contas de Governo e das receitas estaduais; automatizar a análise da Prestação de Contas de Gestão e dos Atos de Pessoal sujeitos a registro; e criar uma área de informações estratégicas.

Edilberto Pontes ingressou nesta Casa em 2007, como conselheiro-substituto. Em 2010, tomou posse como conselheiro titular. Ao seu lado, na Vice-Presidência, está o conselheiro Rholden Queiroz, conselheiro titular desde 2012, egresso do Ministério Público junto ao TCE.

Nesta edição, registramos, também, momentos marcantes do último semestre de 2015, entre eles a solenidade de comemoração dos 80 anos do TCE Ceará, debates públicos, julgamentos importantes e o trabalho das auditorias, em busca de contribuir para a melhoria da gestão pública.

Desejamos a você uma boa leitura.

Kelly de Castro

Coordenadora de Comunicação Social

ENVIE SUGESTÕES

Mande comentários ou mensagens para nossos canais de comunicação.



/tceceara



www.tce.ce.gov.br



/tceceara



comunicacao@tce.ce.gov.br



/tceceara



ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TCE CEARÁ

COORDENAÇÃO: KELLY DE CASTRO - 46162 MTB/DF | DESIGN: JESSICA PEREIRA / J. CLÉCIO FARIAS / LILYANNE LEITÃO
| REDAÇÃO: GABRIELLA ANTUNES / MANUELA PORTO / RAQUEL PALHANO | ADMINISTRAÇÃO: KATYUCYA KAYATT
ESTAGIÁRIAS: DEBORAH NÁGILA / LORENA BARBOSA | TELEFONES: (85) 3488.5958 / (85) 3488.5905 | IMPRESSÃO:
GRÁFICA MOTOGRÁFICA - TIRAGEM - 1,6 MIL EXEMPLARES

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

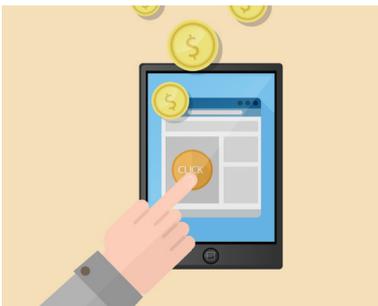
ONDE VOCÊ MENOS ESPERA, O MOSQUITO PODE ESTAR SE DESENVOLVENDO.



POSSE

PÁG. **22**

Um Tribunal de Contas efetivo, ágil, diligente e próximo da sociedade é o que quer o novo Presidente, conselheiro Edilberto Pontes, que tomou posse em cerimônia realizada dia 11 de janeiro, no Plenário do Edifício 5 de Outubro.



CONTROLE EXTERNO

8. TCE vai fiscalizar Sistema de Convênios e Contratos de Repasse da União.



TCE DEBATE

15. Benjamin Zymler, Ministro do TCU, palestra sobre Acordos de Leniência.



CONINTER

28. O evento reuniu especialistas dias 1º e 2/10 no TCE.



PALESTRA

29. Cláudio Sarian destaca trabalho dos Tribunais de Contas na área de Governança Pública.



TCE 80 ANOS

30. Solenidade marca oito décadas da Corte de Contas do Ceará.



OPINIÃO

42. Procurador-Geral, Eduardo de Sousa Lemos, fala da sinergia entre TCE e MP.

TCE Ceará vai fiscalizar repasse de recursos pelo Siconv

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará está entre os 12 TCs, de um total de 34, que já assinaram o Acordo de Cooperação Técnica feito com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Contro-

ladoria-Geral da União (CGU), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e Instituto Rui Barbosa (IRB).

A adesão ao Acordo foi feita pelo então presidente Valdomiro Távora, durante o XXVIII Congresso Nacional dos Tribunais de Contas, de 1º a 4/12, no Centro de Convenções do Sheraton Hotel da Reserva do Paiva, Cabo de Santo Agostinho (PE).

O acordo prevê uma nova funcionalidade no Sistema de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv). Os Tribunais de Contas farão o acompanhamento do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelos Estados e Municípios. Em caso de não cumprimento, os próprios Tribunais irão cadastrar essa

informação no Siconv. Assim, os órgãos federais receberão um alerta quando tentarem celebrar um convênio com esses gestores.

O Acordo visa promover o aumento da transparência na execução de recursos recebidos por intermédio de transferências voluntárias da União. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os Estados e Municípios devem seguir alguns parâmetros de transparência no momento em que recebem recursos federais por meio de transferências voluntárias

A Rede Siconv foi lançada em abril de 2015 com o objetivo de realizar capacitação continuada e monitorar os resultados obtidos pelos entes da federação. A intenção é que a iniciativa melhore a execução dos projetos e amplie a captação de recursos.

GOVERNANÇA: Em 2016, o Tribunal de Contas do Ceará irá visitar os órgãos jurisdicionados a fim de verificar a qualidade das informações fornecidas pelos gestores no levantamento sobre Governança Pública e Governança e Gestão das Aquisições, trabalho feito pela Corte de Contas em parceria com o Tribunal de Contas da União.

Os dados foram consolidados em 2015, e cada gestor recebeu relatórios detalhados, que possibilitarão avaliar o estágio de governança em sua instituição. Essa avaliação servirá como insumo na definição de objetivos, planejamento e amadurecimento de novas ações. A experiência junto ao TCU possibilitará à Corte de Contas realizar auditorias periódicas de governança.

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA:

O TCE Ceará está estruturando uma área de informações estratégicas de apoio às unidades de controle externo, que identificará as ferramentas necessárias para adoção das melhores práticas de coleta, organização, armazenamento e proteção de dados, em conformidade com a legislação vigente e normas aplicáveis ao Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

A adesão à Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Infocontas) foi feita pelo Conselheiro Valdomiro Távora que, em 2013, assinou Acordo de Cooperação Técnica com a Atricon e o IRB. O objetivo da Rede é criar condições para melhorar a eficiência e eficácia das atividades dos Tribunais de Contas por meio do

intercâmbio e da aplicação de técnicas de inteligência, com uso de base de dados e informações gerais para tomada de decisões em processos de fiscalização.

O “Uso de informações estratégicas no controle externo” foi o tema abordado pelo conselheiro Sebastião Ranna (TCE-ES), coordenador da Rede Infocontas da Atricon, dia 2/12, no XXVIII Congresso Nacional dos Tribunais de Contas.

Segundo Ranna, quem fiscalizar, o que fiscalizar, por que fiscalizar, e como e quando fiscalizar são as perguntas que devem ser respondidas pelos órgãos de controle, que tendem a ser mais efi-

cientes e eficazes se fizerem uso da inteligência, permitindo-lhes troca informações de maneira célere, segura e confiável.

A Atricon irá montar um laboratório de informações, com sede no Tribunal de Contas do Distrito Federal, até o final de 2016.



Conselheiro Sebastião Ranna (TCE-ES)

NOVA DIRETORIA - ATRICON E IRB

Eleitos os novos integrantes das diretorias da Atricon e do IRB – biênio 2016/2017. A votação foi realizada dia 2/12, durante o XXVIII Congresso dos Tribunais de Contas, em Pernambuco. A Atricon reelegeu o conselheiro Valdecir Fernandes Pascoal (TCE-PE) para a Presidência, e o IRB continua com o conselheiro Sebastião Helvécio Ramos de Castro (TCEMG) à frente do Instituto. O Tribunal de Contas do Ceará tem dois representantes na Atricon: conselheiros Valdomiro Távora (Diretoria de Assuntos Corporativos) e Soraia Victor (Diretoria Administrativa). O IRB também conta com um membro da Corte Cearense, o conselheiro Edilberto Pontes (Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão).



PLANO DE INOVAÇÃO É LANÇADO COM PALESTRA DE ROBERTO MEIZI AGUNE

Estimular iniciativas e ações inovadoras no âmbito do Tribunal de Contas do Ceará. Esse é o principal objetivo do Plano de Inovação da Corte, lançado dia 1º/7, no plenário do Edifício 5 de Outubro, com palestra do coordenador do Laboratório de Inovação do Governo de São Paulo, Roberto Meizi Agune, sobre “Inovação organizacional no setor público”.



Roberto Meizi Agune fala sobre “Inovação organizacional no setor público”.

Roberto Agune colocou que as organizações foram estruturadas no século passado, mas que hoje estão saindo da Era Industrial e entrando na Era do Conhecimento. “O grande desafio de qualquer organização, seja pública ou privada, é se preparar para ter a inovação como rotina; tem que fazer parte do seu dia a dia.”

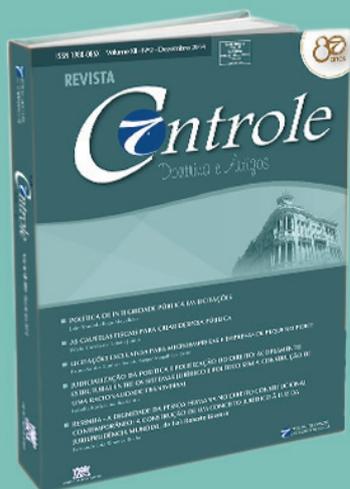
Para o palestrante, tal desafio deve ser superado com novas metodologias: mudanças culturais, educacionais, organizacionais, metodológicas e tecnológicas. Essas ações foram

implementadas no Estado de São Paulo, com a criação da Subsecretaria de Parcerias e Inovação. As atividades e transformações são divulgadas através do portal www.igovsp.net

O evento contou com a participação do conselheiro Rholden Queiroz, que enfatizou a importância do tema como avanço dos trabalhos desempenhados na Corte de Contas do Ceará. “Para prestar um bom serviço à sociedade é fundamental, importante e louvável a iniciativa do Tribunal de fomentar uma cultura

de inovação.”

Plano de Inovação - “Uma organização que não inova está fadada a desaparecer”. A afirmação foi feita pelo secretário executivo da Escola de Contas Instituto Plácido Castelo (IPC), Paulo Alcântara Saraiva Leão, durante apresentação do Plano de Inovação do TCE Ceará. De acordo com Paulo Alcântara, “o objetivo é aumentar a criatividade e a produtividade dos servidores da Corte, atendendo melhor ao cidadão, elevando a qualidade do serviço prestado.



REVISTA CONTROLE TEM SEÇÃO COM RESENHA DE LIVROS

A Revista Controle tem uma novidade: a seção de resenha de livros, que será elaborada por um autor convidado. Fernando Luiz Ximenes Rocha, Mestre em Direito Público, inaugura o espaço reservado às resenhas comentando o livro “A Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo – A Construção de um Conceito Jurídico à Luz da Jurisprudência Mundial”, de Luís Roberto Barroso. A Revista é classificada no sistema Qualis, da Capes, e registrada junto ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), sendo identificada pelo código ISSN 1980-086X. Possui classificação B3 em Planejamento Urbano e Regional/Demografia.



Para visualizar a Revista Controle, volume XII, na íntegra:
<http://migre.me/sXdqe>



NOVOS PROCEDIMENTOS VÃO AGILIZAR TRÂMITE E JULGAMENTO DOS PROCESSOS DE ATOS DE PESSOAL

Aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará Instrução Normativa nº 2/2015, que estabelece procedimento especial para instrução e apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, concessão de aposentadoria, reforma e pensão na administração direta e indireta do Estado do Ceará.

O objetivo da Corte de Contas é possibilitar um julgamento mais célere e eficiente, além de uma análise concomitante dos processos, permitindo a redução do estoque e criando espaço para que sejam realizadas auditorias. A Instrução Normativa foi apresentada pelo conselheiro substituto Paulo César de Souza, dia 1º/9.

As alterações aprovadas pelo TCE Ceará objetivam sistematizar e facilitar o trabalho de instrução realizado pelos órgãos técnicos e de julgamento pelos gabinetes. Segundo Paulo César

de Souza, a sistematização da análise e julgamento dos processos de atos de pessoal terá como base o risco, a materialidade e o custo-benefício do controle.

Levantamento feito pela Secretaria de Tecnologia da Informação, a pedido do Gabinete do Conselheiro Substituto, mostra que o ingresso de atos de pessoal registrou um aumento substancial, passando de 2.674 em 2010 para 9.492 em 2014. Pesquisa feita em maio deste ano constatou que dos atos de pessoal que ingressaram no TCE em 2014, apenas 37% - o que equivale a 3.494 processos - foram instruídos. Apesar de ter crescido nos últimos anos, o julgamento não consegue acompanhar o índice de crescimento do estoque de processos. Paulo César de Souza destacou que há mais de 19 mil processos em estoque nos órgãos técnicos (Inspetorias e Comissão Especial).



Conselheiro substituto Paulo César de Souza - autor da proposta

Com a aprovação do texto, o TCE Ceará estabelecerá o Agrupamento de atos, de acordo com a espécie, o órgão/entidade de origem e os critérios de semelhança verificados, desde que a sugestão seja pelo registro ou pela perda de objeto; a Análise Simplificada das nomeações e, de acordo com o valor do benefício do ato, das aposentadorias e pensões. A IN também prevê a Constatação da Perda de Objeto dos atos de nomeação e aposentadoria cujo beneficiário ou nomeando tenha falecido antes de seu registro pelo Tribunal.

CORREGEDORIA DIVULGA PLANO ANUAL PARA 2016

O pleno do TCE Ceará aprovou, por unanimidade de votos, o Plano Anual de Correições referente ao exercício 2016, em quatro Inspetorias de Controle Externo (ICEs): 1ª, 8ª, 10ª e 12ª. O comunicado das Unidades Técnicas a serem inspecionadas foi feito pelo então conselheiro corregedor, Rholden Queiroz, na sessão do dia 17/11. Na ocasião, foi divulgado o resultado das correições finalizadas até o primeiro semestre de 2015, na 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Inspetorias. "A Corregedoria fez 21 recomendações de melhorias, sendo que 76,02% foram integralmente cumpridas e as restantes tiveram implementação parcial, mas já estão com planos de ação bem elaborados e com prazos definidos para o seu devido cumprimento, demonstrando que estão trabalhando para atender todas as recomendações, visando ao aprimoramento do Controle Externo", destacou o conselheiro Rholden Queiroz.



Saiba mais sobre a Corregedoria do TCE:

<http://www.tce.ce.gov.br/corregedoria-servicos>



TCE Ceará é certificado pela Atricon COM DECLARAÇÃO DA GARANTIA DE QUALIDADE



Composta pela conselheira substituta do TCE-AP, Terezinha Botelho; pelo chefe da Gerência de Controle Interno do TCE-PE, Eduardo Alencar; pela assessora do Gabinete do conselheiro Cláudio Terrão, Gislaine Fois Fernandes (TCEMG); e pela auditora de Controle Externo do TCE-BA, Simone Barbosa Costa, a comissão da Atricon foi recebida pelo conselheiro Valdomiro Távora e por servidores do TCE Ceará.

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará recebeu a Declaração da Garantia de Qualidade da Atricon. O certificado, entregue dia 23/10, ratifica que a Corte do Ceará foi aderente aos parâmetros adotados pela Associação Nacional dos TCs.

Composta pela conselheira substituta do TCE-AP, Terezinha Botelho; pelo chefe da Gerência de Controle Interno do TCE-PE, Eduardo Alencar; pela assessora do Gabinete do conselheiro Cláudio Terrão, Gislaine Fois Fernandes (TCEMG); e pela auditora de Controle Externo do TCE-BA, Simone Barbosa Costa, a Comissão da Atricon realizou sua visita ao TCE Ceará nos dias 19 e 20 de outubro.

Além de conhecer alguns setores, realizou reuniões com os gestores, que prestaram informações sobre as ações desenvolvidas. As sugestões feitas foram devidamente acatadas pela Comissão de Avaliação do Tribunal cearense, integrada pelos analistas de controle externo José Auriço Oliveira, Felipe Koury, José Wesmey da Silva e Alexandre Silva.

“Gostaria de agradecer a presteza com que fomos recebidos pela equipe do TCE do Ceará. É uma honra participar desse trabalho que é um marco. Fico feliz em ver os Tribunais caminhando no mesmo nível, sempre melhorando para dar uma boa resposta à sociedade”, desta-

cou a conselheira substituta, Terezinha Botelho. “Me senti em casa, afinal a gente faz parte de uma mesma família, a dos Tribunais de Contas, e estamos aqui para fortalecer essa família,” disse Eduardo Alencar.

Simone Barbosa falou sobre a dificuldade dos Tribunais em aplicar os 529 critérios estabelecidos pela Atricon, mas disse que “quando o trabalho é feito com compromisso se torna engrandecedor”. Para Gislaine Fernandes, as atividades realizadas no TCE Ceará destacam-se pela seriedade e profissionalismo com que são conduzidas. “Trata-se de um trabalho de fôlego, cansativo, mas feito com total zelo.”

DETERMINADA CORREÇÃO DE FALHAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado tem que disponibilizar no Portal da Transparência do Governo do Ceará (www.transparencia.ce.gov.br) informações referentes à execução orçamentária e financeira do Poder Executivo. Por unanimidade de votos, o colegiado seguiu entendimento do relator do processo nº 04437/2013-9, conselheiro Rholden Queiroz, em atendimento à Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência).

Adequações

- Informações relativas aos lançamentos de Receitas;
- Links centralizando consultas sobre licitações;
- Aprimoramento das informações sobre Estrutura Administrativa do Estado;
- Detalhamento das informações dos dispêndios efetuados com Cartão Corporativo, salvo as que possam comprometer a segurança;
- Informações sobre dispêndios efetuados com Suprimento de Fundos;
- Aprimoramento da publicização de documentos relativos aos Acordos, Convênios e Termos de Ajuste.

Também foi recomendado à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado que disponibilize no Portal da Transparência informações sobre os servidores cedidos, seja o Poder Executivo cedente e/ou cessionário.

A Corte de Contas do Ceará também está avaliando os Portais da Transparência dos seguintes órgãos: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. O objetivo é verificar se os cinco portais no âmbito estadual estão de acordo com as normas vigentes.



SERVIÇOS E SISTEMAS MAIS ACESSÍVEIS

O TCE Ceará unificou seus serviços e sistemas no Portal de Serviços: o e-TCE, acessado diretamente na página eletrônica da instituição (www.tce.ce.gov.br). O objetivo é facilitar o acesso a sociedade, servidores, jurisdicionados e interessados. Pelo e-TCE, o cidadão poderá, com login e senha, utilizar os sistemas de Peticionamento Eletrônico, Vista Eletrônica,

Contratos e Convênios, Registro Eletrônico de Atos de Pessoal, e-Contas (Prestação de Contas Anual Eletrônica) e a Carta de Serviços da Corte de Contas.

O Peticionamento Eletrônico possibilita solicitar ao Tribunal prorrogação de prazo, atestado de capacidade técnica e certidão, pedidos de vista em processos, recursos, esclareci-

mentos e denúncias. Já a Vista Eletrônica permite às partes, após autorização do relator, visualizar integralmente os processos, não precisando mais de deslocamentos ao Tribunal para requisição de cópias. O projeto e-TCE foi desenvolvido pela Comissão TCE 100% Digital, sob a gerência do servidor Paulo Alcântara Saraiva Leão.

IV CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIA

PRÊMIO MINISTRO PLÁCIDO CASTELO

Tema:

**“GOVERNANÇA CORPORATIVA
APLICADA AO SETOR PÚBLICO”**

Premiação:

1º lugar: R\$ 10.000,00

2º lugar: R\$ 6.000,00

3º lugar: R\$ 4.000,00

A entrega da monografia deve ser feita até o dia 29 de abril de 2016
Rua Sena Madureira, 1047 - Centro - Cep. 60.055-080
ou enviada pelos Correios.

Edital completo: www.ipc.tce.ce.gov.br

Outras informações: (85) 3488.1793 / e-mail: ipc@tce.ce.gov.br

“Interlocução dos órgãos de controle é essencial para **combate à corrupção**”

“**N**ossa principal função não é a aplicação das sanções. Temos capacidade de implementar um controle corretivo e fazer com que as nossas mensagens sejam captadas pelo governo.” Com estas palavras, o Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler, abriu a quarta edição do TCE Debate, dia 18/9, sob o tema “Lei Anticorrupção, Acordos de Leniência e os Tribunais de Contas”, no auditório do TCE Ceará. Ela ganhou repercussão com o caso da Operação “Lava Jato”. O encontro foi mediado pelo conselheiro Edilberto Pontes, idealizador do projeto, e contou com a participação do conselheiro Rholden Queiroz e do procurador-geral de Justiça do Estado, Ricardo Machado, como debatedores.

“A ideia no Brasil para se combater a corrupção é criar leis, mas nós temos muitas leis vigentes e o grande problema é a falta de interlocução entre os órgãos de controle. Quando eles conversam entre si a eficiência do controle cresce enormemente. Essa comunicação, cada um fazendo a sua parte, mas estabelecendo um fórum de colaboração, é o caminho para a melhoria da eficiência do combate à corrupção no Brasil.”



ANTICORRUPÇÃO: Alertamos sobre a necessidade de se melhorar a redação do texto da Lei Anticorrupção. Era preciso deixar mais claro quais as zonas de competência. O governo não adotou o que colocamos à época. Hoje, depois da Operação Lava Jato, algumas coisas que aconteceram já eram analisadas por nós em 2012.

ATUAÇÃO PREVENTIVA: Melhoramos muito na atuação preventiva. O TCU tem 2,7 mil servidores, mas só mil atuam na área fim. Seria impossível controlar preventivamente todos os contratos, convênios e licitações. O que fazemos hoje no TCU é escolher uma amostra a ser analisada, dentro dessa ideia preventiva.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: O TCU tem uma excelente experiência porque em nossas amostras utilizamos recursos de Tecnologia da Informação para acessar bancos de dados. Fazemos o prognóstico do risco e escolhemos algumas licitações e contratos que merecem um controle preventivo. O resultado é muito positivo.

CONTROLE: O controle externo necessita absolutamente de um controle interno eficaz. O controle interno da União, Estados e Municípios é quem vai fazer o controle processual da atuação financeira e orçamentária do Estado. É preciso repartir competências

dentro das instâncias de controle, evitar retrabalho. É preciso pensar o controle no Brasil como um todo.

INTERLOCUÇÃO: Estamos em um momento de transição, saindo de uma situação de isolamento, no qual os órgãos atuavam como ilhas, para um novo momento, em que vão atuar em conjunto. Não temos fóruns institucionalizados. Muitas vezes, são esforços oficiosos. É preciso institucionalizar esses esforços de coordenação nas instâncias de controle. Talvez falte no Brasil uma lei que estabeleça a obrigatoriedade dessas interlocuções, com a criação de um fórum de controle nacional e com uma definição mais exata da divisão dos esforços para uma melhor sinergia das ações.

“**A** comunicação é o caminho para a melhoria da eficiência do combate à corrupção no Brasil.”

TCE APURA RESPONSABILIDADE DOS GESTORES ESTADUAIS

O TCE Ceará instaurou representações para apurar a responsabilidade dos gestores pelas 71 ocorrências detectadas no Processo nº 03174/2015-1, referente ao Parecer Prévio das Contas do Governador/Exercício 2014.

As Representações são direcionadas à Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento e Gestão, Procuradoria-Geral do Estado, Secretaria dos Recursos Hídricos, Secretaria da Saúde e Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.

A proposta é que os gestores de cada área no ano de 2014, bem como os atuais gestores, apresentem os esclarecimentos, atendendo aos princípios do contraditório e o da ampla defesa.

Embora as ocorrências não tenham constituído motivo para impedir a aprovação das Contas do Governador, o Tribunal

defende a adoção de ajustes para as fragilidades detectadas, a fim de que não acarretem prejuízos ao cumprimento de normas legais e dos instrumentos de planejamento e execução orçamentária.

O Parecer Prévio favorável à aprovação das Contas do Governador/2014 foi emitido em sessão extraordinária, dia 29/5. A maioria do colegiado votou pela aprovação, com a determinação de que a Secretaria de Controle Externo instaurasse as devidas Representações, objetivando apurar a responsabilidade dos gestores pelas 71 ocorrências e 51 recomendações detectadas no processo. O conselheiro decano, Alexandre Figueiredo, é o relator designado.

A apresentação do parecer foi



Conselheira Soraia Victor

feita pela conselheira Soraia Victor, que votou pela aprovação das Contas com 79 ressalvas e 61 recomendações, mesmo voto do conselheiro substituto Itacir Todero. Apenas o conselheiro substituto, Paulo César de Souza, votou pela desaprovação das contas.

O Parecer Prévio do TCE tem caráter opinativo e fundamenta-se na apreciação da gestão orçamentária, patrimonial e financeira do Estado. O julgamento político-administrativo cabe à Assembleia Legislativa.

PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS

- subavaliação de bens imóveis do Estado;
- não apresentação da metodologia de cálculo utilizada para estimar provisões de perda;
- não apresentação do quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial;
- classificação indevida de despesas como gastos passíveis de licitação;
- classificação de despesas em modalidade de licitação inadequada;
- divergência na metodologia de apuração do Resultado Primário;
- baixo índice de execução do programa de "Acumulação Hídrica", de combate à seca, desempenho desfavorável de indicadores ligados a segurança;
- despesas com pessoal ficaram em 44,47%. O limite de alerta é de 43,74%.

CORTE DE CONTAS DO CEARÁ TERÁ NÚCLEO DE PESQUISA

Aprovada pelo colegiado da Corte de Contas Resolução Administrativa que cria e regula o Núcleo de Pesquisa (NUPESQ), vinculado à Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC).

O NUPESQ visa fomentar a pesquisa para ampliar os limites do conhecimento nas áreas da gestão pública e do controle governamental, reforçando e ampliando as competências institucionais e a melhoria contínua da administração pública.

Segundo o conselheiro Alexandre Figueiredo, diretor-presidente do IPC, o TCE Ceará dá um

passo inusitado no âmbito do Controle Externo. “Vamos contar com nosso corpo de mestres e doutores e implementar a pesquisa acadêmica, para que o controle externo se desenvolva a passos largos. O mais importante é que essa pesquisa será desenvolvida em parceria com a Universidade Federal do Ceará. Estamos trazendo o mundo acadêmico e, ao mesmo tempo, indo ao encontro do mundo acadêmico.”

Caberá ao Núcleo fomentar a formação de grupos de pesquisas com o propósito de desenvolver conhecimentos voltados à reflexão sobre a gestão e o controle público, com foco no aprimoramento das ações orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e operacionais.



Açude Gameleira

O Tribunal converteu em Tomada de Contas Especial o processo nº 02088/2012-4 por danos apontados na execução do contrato celebrado entre a Secretaria de Recursos Hídricos e a Empresa Industrial Técnica S/A, de R\$ 4.091.769,33. O contrato tinha o objetivo de construir um açude na divisa de Itapipoca e Trairi, denominado “Açude Público Gameleira e da Agrovila”, incluída a infraestrutura para o reassentamento de 40 famílias. Por unanimidade, o colegiado seguiu o voto do relator, conselheiro substituto Itacir Todero.



Funceme

Julgada irregular a Prestação de Contas Anual da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, exercício 2010. A decisão foi tomada pela maioria do Pleno, dia 14/12. Entre as irregularidades estão o repasse de recursos a entidades privadas sem assinatura de instrumento legal, terceirização de atividade-fim e fracionamento de despesas. A Corte de Contas determinou, também, a aplicação de multa de R\$ 15 mil ao gestor da Funceme à época. O processo nº 04056/2011-5 foi relatado pela conselheira Soraia Victor.



Moradias

Determinação do TCE fixou prazo de apresentação da defesa dos responsáveis pelo Convênio nº 010/CIDADES/2010, que tinha como objeto a construção de 85 unidades habitacionais em Jaguaribara. Caso reconheçam o débito original de R\$ 420 mil, os envolvidos devem recolher, solidariamente, aos cofres públicos, o montante atualizado. A decisão foi tomada pelo Pleno do TCE, dia 10/12, que, por unanimidade de votos, acompanhou voto do relator do processo nº 14042/2014-0, conselheiro Edilberto Pontes.



Desenvolvimento Agrário

O TCE Ceará decidiu, por unanimidade, multar em R\$ 3 mil o ex-gestor da Secretaria de Desenvolvimento Agrário por não ter apresentado as informações e os documentos requeridos pela Corte de Contas. O colegiado acompanhou, em 14/12, o voto da relatora do processo nº 04814/2012-6, conselheira Soraia Victor, após análise acerca de irregularidades detectadas em convênios celebrados pela SDA. Caso o ex-gestor não comprove o recolhimento da multa terá seu nome inscrito no Cadine e na lista de inadimplentes do Tribunal.

Um Tribunal de Contas efetivo, ágil, diligente e próximo da sociedade

“O Tribunal de Contas é o guardião dos recursos públicos. Há que exercer essa missão com altivez e independência.” A declaração foi feita pelo presidente do TCE Ceará, conselheiro Edilberto Pontes, na solenidade de posse realizada dia 11 de janeiro, no Plenário do Edifício 5 de Outubro. “Os esforços serão voltados para um Tribunal de Contas efetivo, ágil, diligente e próximo da sociedade.”

Durante o evento, também foram empossados os conselhei-

ros Rholden Botelho de Queiroz, no cargo de Vice-Presidente; e José Valdomiro Távora de Castro Júnior, como Corregedor. O conselheiro substituto Itacir Todero foi reeleito para o cargo de Ouvidor da Corte de Contas. Eduardo de Sousa Lemos foi nomeado como Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE Ceará e tomou posse no cargo. O novo corpo diretivo foi eleito em 24/11/2015 para o biênio 2016/2017.

O Presidente pretende ampliar os canais de acesso e de diálogo com a sociedade, um diálogo de

ouvidos bem abertos, de olhos atentos e prontos para a ação. “Queremos ficar cada dia mais próximos da sociedade. A Corte de Contas é do povo, mantida pelo povo e os cidadãos, com suas preocupações e anseios, serão sempre bem-vindos aqui.”

A solenidade foi aberta pelo Coral Vozes da Corte, sob a regência do maestro Carlos Augusto Pereira. Compuseram a mesa de honra o Governador do Ceará, Camilo Santana; Presidente da Assembleia, Zezinho Albuquerque; Desembargador Fernando Ximenes, representando





Registros da solenidade

o Tribunal de Justiça; o Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio; o Procurador-Geral Sousa Lemos; o Procurador-Geral de Justiça, Plácido Rios; o Presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Sebastião Helvécio (TCEMG); o Presidente do TCM-CE, Francisco Aguiar; o Presidente da OAB-CE, Marcelo Mota; e a Defensora-Geral do Estado, Mariana Lobo.

Também prestigiaram o evento

a vice-governadora Izolda Cela; o ex-governador Adauto Bezerra; o economista Raul Velloso; o ministro Ubiratan Aguiar; Leonardo Carvalho, presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, os ex-conselheiros do TCE Ceará, Pedro Timbó e Júlio Rego; o presidente do TCE-BA, Inaldo Paixão; o presidente do TCE-RS, Marcos Peixoto; o presidente do TCE-MS, Waldir Neves Barbosa; o presidente do TCE-SE, Cló-

vis Barbosa; o vice-presidente do TCE-MA, José de Ribamar Caldas Furtado; o vice-presidente do TCE-SC, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior; o conselheiro gaúcho, César Miola; e o conselheiro substituto de Sergipe, Rafael Sousa Fonseca. Do TCE Ceará, estavam os conselheiros Alexandre Figueiredo e Patrícia Saboya e o procurador de Contas, Gleydson Alexandre.

IMPRESSÕES

“É uma composição muito jovem e muito técnica. Tenho certeza que o Tribunal vai ganhar muito com a presença de todos.” **Pedro Timbó** - Conselheiro Emérito do TCE Ceará



“Edilberto é um grande conselheiro, uma pessoa que conhece bem o Tribunal. Tenho certeza que vai aperfeiçoar ainda mais o papel de orientação, fiscalização e prevenção desempenhado pela Corte de Contas na defesa dos interesses do povo cearense.” **Camilo Santana** - Governador do Ceará



“Sai Valdomiro Távora, nome respeitadíssimo por todos; entra Edilberto Pontes, homem com formação acadêmica robusta e que entende o significado dos Tribunais de Contas no terceiro milênio.” **Sebastião Helvécio** - Presidente do Instituto Rui Barbosa e do TCEMG.



“Tenho certeza absoluta de que este novo corpo diretivo fará o que a sociedade espera: uma maior agilidade dos processos internos.” **Marcelo Mota** - Presidente da OAB Ceará

“É gratificante ver pessoas com a competência técnica chegando à frente de um órgão de gestão. Isso representa uma maior valorização do serviço público e do controle externo.” **Mariana Lobo** - Defensora-Geral Pública do Estado do Ceará



“A chegada de Edilberto Pontes à Presidência é um símbolo de todo esse processo de renovação e de competência. Se o que sai, Valdomiro Távora, prestou um serviço inestimável, não tenho dúvida de que a próxima administração vai realmente revolucionar e modernizar o TCE Ceará.” **Ubiratan Aguiar** - Ministro do TCU

“Desejo sucesso ao novo Presidente da Corte, que tem uma função absolutamente necessária de controle das contas públicas estaduais, mas principalmente de prevenção, de educação, de qualificação dos servidores públicos.” **Roberto Cláudio** - Prefeito de Fortaleza



“Tive a oportunidade de trabalhar junto com Edilberto Pontes no IPEA, em Brasília. Sempre admirei sua capacidade. Fico feliz em ver como ele progrediu na carreira pública e como agora terá a oportunidade de prestar serviços importantes ao Estado dele, que é o Ceará.”

Raul Velloso - Economista

“Edilberto Pontes conhece com profundidade todos os problemas do Estado do Ceará. É um técnico excelente, que entrou no Tribunal como auditor. O TCE do Ceará ganha muito com seu ingresso na Presidência.” **Francisco Aguiar** - Presidente do TCM-CE



“A responsabilidade do presidente Edilberto é ainda maior, porque ele, como originário do quadro de auditores, tem o compromisso com todos os servidores do Tribunal de Contas. É um prazer tê-lo como amigo, tê-lo como colega conselheiro. É um prazer tê-lo agora como colega presidente.” **Inaldo Paixão** - Presidente do TCE Bahia

“Este é um momento importante de renovação. O Tribunal de Contas do Ceará é uma instituição de grande relevância, um dos pilares para uma Administração Pública afinada com os objetivos da sociedade.” **Izolda Cela** Vice-Governadora do Ceará



“É uma alegria muito grande ver uma pessoa tão competente como o Edilberto assumir a Presidência do Tribunal de Contas do Ceará. Temos certeza absoluta de que o trabalho vai continuar e o TCE do Ceará vai crescer mais e mais, porque está em boas mãos.” **José Ribamar Caldas Furtado** - Vice-Presidente do TCE-MA



Galeria de fotos no portal:

<http://www.tce.ce.gov.br>



PERFIL DOS NOVOS DIRIGENTES



EDILBERTO PONTES
Presidente do TCE Ceará

Ingressou no TCE Ceará em 2007, aprovado em concurso público para conselheiro substituto. Em 2010, tomou posse como conselheiro titular, por indicação do então Governador Cid Gomes e aprovação da Assembleia Legislativa. É o atual Vice-Presidente de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB (2016/2017). Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor), Edilberto Carlos Pontes Lima é mestre em Economia pela UFC/CAEN e doutor também em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). É especialista em Políticas Públicas pela George Washington University (EUA) e pós-doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Foi professor da Universidade de Brasília (UnB), Fundação Getúlio Vargas (DF), Instituto Serzedello Corrêa (TCU), Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Cefor) e Senado Federal (Unilegis). Entre suas obras, estão Regras Fiscais: Teoria e Evidência (2005) e Curso de Finanças Públicas – Uma abordagem Contemporânea (2015).

Empossado como Conselheiro do TCE Ceará em 6 de junho de 2012, foi o primeiro Procurador de Contas a ocupar a vaga destinada constitucionalmente a integrantes do Ministério Público de Contas. Aprovado no primeiro concurso público para o cargo de Procurador de Contas junto ao TCE Ceará, exerceu desde a instalação do Ministério Público Especial, em outubro de 2007, até outubro de 2009, a função de Procurador-Geral, posição que reassumiu em novembro de 2011 e exerceu até junho de 2012. Corregedor do TCE Ceará no biênio 2014/2015.



RHOLDEN QUEIROZ
Vice-Presidente do TCE Ceará



VALDOMIRO TÁVORA
Corregedor do TCE Ceará

Foi eleito Deputado Estadual por três legislaturas consecutivas, tendo, durante nove anos, desempenhado funções parlamentares em Comissões Técnicas. Indicado pela Assembleia Legislativa para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, foi nomeado e empossado em 9 de março de 2004. No mesmo ano, foi designado Relator das Contas de Governo – exercício 2003. Primeiro Presidente reeleito do TCE Ceará, exerceu o cargo por três mandatos: 2006/2007, 2012/2013, 2014/2015.

Eleito como Ouvidor em junho de 2014, Itacir Todero assumiu o cargo de conselheiro substituto (auditor) no Tribunal de Contas do Estado do Ceará em 25 de outubro de 2007, após ser aprovado em concurso público. Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Regional Integrada de Erechim (RS), é especialista em Gestão Fazendária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (CAEN).



ITACIR TODERO
Ouvidor do TCE Ceará



EDUARDO DE SOUSA LEMOS
Procurador-Geral do
MP junto ao TCE Ceará

Empossado em 13 de novembro de 2013, como Procurador-Geral do TCE Ceará, Eduardo de Sousa Lemos atua nesta Corte desde março/2013, após aprovação em concurso público para o cargo de Procurador de Contas. É Bacharel em Direito, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); bacharel em Ciências Contábeis, pela Faculdade de Ciências Econômicas de Colatina (ES); especialista em Direito do Trabalho, pela Universidade Castelo Branco (RJ); e especialista em Direito Processual, pela Universidade da Amazônia (PA). Em Tribunais de Contas, exerceu as funções de conselheiro substituto no TCM de Goiás e no TCE do Paraná. Foi Procurador de Contas e Procurador-Geral do Ministério Público (TCE-GO), além de Auditor Federal de Controle Externo (TCU). É autor dos livros Lei de Responsabilidade Fiscal (ISBN: 8590310612) e Controle Externo – O Tribunal de Contas (ISBN: 8590310620).

Edilberto Pontes

Harmonia e cooperação com todas as instituições



“**P**retendo fazer uma grande reestruturação administrativa. O diálogo direto certamente dará celeridade à atuação das unidades.”

Os desafios das Cortes de Contas, segundo Edilberto Pontes, são gigantescos. “Vivemos tempos difíceis. A crise econômica e política nos deixa a todos apreensivos. Não me canso de citar o Sermão da Sexagésima, de Padre Antônio Vieira. Soldado que não pejeja é adorno. Semeador que não semeia é irrelevante. Guardião digno do nome tem que guardar, tem que ser diligente, tem que enfrentar interesses os mais diversos para cumprir os seus deveres.” Conheça um pouco mais sobre o pensamento do novo Presidente.

TCE CEARÁ - Queremos uma instituição ágil, forte, confiável, próximo da sociedade. Que dê respostas ao cidadão. É preciso exercer o controle com celeridade, autonomia, independência e confiabilidade. Estamos comprometidos com esse objetivo.

REESTRUTURAÇÃO - Pretendo fazer uma grande reestruturação administrativa. Estamos promovendo um concurso interno entre os servidores efetivos para definir o novo secretário-geral. A mediação da Secretaria-Geral do TCE entre a presidência e as secretarias de Administração, Tecnologia da Informação e Controle Externo deve ser extinta. O diálogo direto certamente dará celeridade à atuação das unidades.

QUALIDADE - Foram muitos os avanços na gestão do conselheiro Valdomiro Távora. Agora, penso em duas frentes. Uma é a instrução dos processos. Precisamos ser mais ágeis na fiscalização. Estamos no século XXI e muitas vezes utilizamos técnicas dos anos 90. A produtividade tem novos parâmetros com o uso de sistemas de informação. Se antes um técnico fazia um relatório por semana, agora pode fazer mais. O TCU fez uma autoria fantástica cruzando os dados do Renavam (Registro Nacional

de Veículos Automotores) com os do Bolsa Família e viu que vários beneficiários tinham veículos zero quilômetro. É preciso fazer convênios para ter acesso a esses bancos de dados, que permitem o cruzamento de informações. Esse é o controle do século XXI.

AGILIDADE - Outra frente que iremos trabalhar refere-se aos julgamentos. Sem tirar a autonomia e a independência de cada conselheiro, poderíamos disponibilizar relatórios e votos antecipadamente. Reduziria sensivelmente os pedidos de vista. Também buscaremos dialogar mais com o Ministério Público junto ao TCE para que sejam mais rápidos na emissão dos pareceres.

COMPOSIÇÃO - A Constituição estabeleceu vários critérios para ser Ministro do TCU: ter mais de 35 anos, notório saber em Economia, Direito, Administração Pública e Contabilidade. Se compararmos, as competências exigidas aos Ministros do TCU são bem maiores do que as exigidas aos Ministros do STF, onde basta ter notórios conhecimentos jurídicos. No Supremo Tribunal Federal, todos os ministros são indicados pelo Presidente. Muitos foram indicados pelo ex-presidente Lula e pela presidente Dilma. Mesmo assim estão tomando de-

cisões contra o partido ou pessoas ligadas a eles. A indicação tem um viés político e assim está definido na Constituição. Mas cada um segue o seu caminho. No Tribunal de Contas, cada conselheiro é vitalício, não perde o cargo, a não ser por sentença judicial transitada em julgado. Isso é uma garantia para a sociedade. Não há favor a ser pago. Uma coisa é gratidão pessoal. Outra é gratidão institucional. Isso é contra a lei e não pode acontecer.

ATUAÇÃO - Atuamos em duas áreas: *soft control* e *hard control*. O *hard control* é o controle de conformidade com a lei, conformidade com os demonstrativos. É o controle duro no sentido de que ele impõe: se a lei não for atendida, se os demonstrativos contábeis não estiverem corretos, o Tribunal determina correções, julga as contas irregulares ou aplica sanções e multas, dependendo de cada caso. Esse é o trabalho tradicional do Tribunal. Mas existe uma outra área, instituída pela Constituição de 1988, que são as auditorias operacionais, nas quais analisamos a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas. O Tribunal não impõe, ele avalia as políticas públicas e faz recomendações de melhorias, quando considera pertinente. Um exemplo é a auditoria que fizemos



no Programa Ronda do Quarteirão, que fez uma série de sugestões à Secretaria de Segurança Pública. O gestor é obrigado a seguir? Não, é uma recomendação. Por isso que se chama *soft control*. Nos Estados Unidos, esse controle é muito forte. O Brasil tem adotado o *soft control*, embora o *hard control* seja fundamental, principalmente no combate à corrupção.

CONTROLE SOCIAL - Temos cerca de 120 servidores trabalhando na atividade-fim do Tribunal e uma quantidade enorme de secretarias e órgãos pra fiscalizar. Sei que é muito bonito falar em controle social, mas é muito difícil praticá-lo. De qualquer forma, temos que incentivá-lo. Precisamos do apoio do cidadão, que se preocupa com a coletividade. Essa parceria é muito importante. Se tiver uma estrada recém-inaugurada e esburacada, tirem fotos e encaminhem ao Tribunal. Com provas de irregularidades, vamos apurar. Temos uma ouvidoria à disposição. Quanto mais cidadãos interessados, mais gente cobrando e exigindo, maiores serão as conquistas para toda a sociedade.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS - As instituições são construídas e reconstruídas, se fazem e se refazem. De modo geral, estão sendo mais cobradas e dando mais respostas. Antes, ninguém sabia o que era decidido no TCU ou no TCE. Hoje,

temos um acompanhamento sistemático. A sociedade está vigilante, porque viu que o Tribunal de Contas não é um órgão de adorno e sim um órgão relevante para a boa administração pública e para o combate à corrupção.

“
A Corte de Contas é do povo, mantida pelo povo. E os cidadãos, com suas preocupações e anseios, são sempre bem-vindos.”

FICHA LIMPA - Os Tribunais de Contas são os principais responsáveis pela efetividade da Lei da Ficha Limpa e ela é aplicada apenas no julgamento das contas. Defendo a divulgação dos julgamentos das contas de gestão, porque é aí que o Tribunal exerce sua jurisdição. Isso é extremamente importante para que o cidadão saiba que um órgão independente observou as leis impostas. Um dos meus maiores empenhos pessoais será o de julgar de forma célere e dar mais divulgação aos processos de análise das contas de gestão.

CAPACITAÇÃO - O Tribunal também tem a missão de orientar os gestores e investir na capacitação, através de cursos promovidos pela Escola de Contas. Temos o programa Agente de Controle, no qual nossos técnicos vão às escolas públicas e privadas falar com os estudantes sobre a importância da fiscalização dos gastos públicos. Também promovemos cursos gratuitos de capacitação, presenciais e a distância, para servidores, jurisdicionados e para o cidadão. Em 2015, o TCE Ceará realizou, em parceria com a Fundação Demócrito Rocha, o projeto Controle Cidadão, com a oferta de material impresso e aulas online sobre o papel das Cortes de Contas e a importância do controle social. Mais de 30 mil pessoas participaram do projeto, o que foi bastante positivo.

TRANSPARÊNCIA - Com todos os encargos da função, estou entusiasmado com este início de mandato. Queremos facilitar o acesso do cidadão às atividades do TCE, através de publicações com linguagem mais clara. Pretendo ampliar os canais de comunicação e de diálogo com a sociedade, um diálogo de ouvidos bem abertos, de olhos atentos e prontos para a ação. A Corte de Contas é do povo, mantida pelo povo, e os cidadãos, com suas preocupações e anseios, são sempre bem-vindos.

“O poder transformador DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA” MARCA VI EDUCORP

“Todos somos responsáveis pela construção de uma sociedade mais justa”, declarou o conselheiro Valdomiro Távora, na abertura do VI Encontro Técnico de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas (Educorp). O evento, realizado de 24 a 26/8 em Fortaleza, teve como tema central “Aperfeiçoamento profissional e efetividade das ações dos Tribunais de Contas”.



O VI Educorp foi realizado de 24 a 26/8, em Fortaleza.

Para o presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Sebastião Helvécio, “fortalecer o cidadão com o conhecimento adequado o protege de dois perigos: do agente público, que não honra essa posição de destaque, e de evitar que a sociedade seja pautada por notícias que buscam a simples exposição midiática”. Francisco Aguiar, presidente do TCM-CE, defendeu a modernização permanente das instituições.

A palestra magna da prof^a Dr^a Marisa Eboli abordou o tema “O Poder transformador da educação corporativa”. Ela falou sobre as melhores práticas, o impacto da educação transformadora e o papel fundamental dos líderes e gestores no desenvolvimento das pessoas.

No segundo dia, a palestra magna ficou a cargo do Prof. Dr. Marco Silva, sobre o tema

“Educar na cibercultura: docência e aprendizagem no presencial e no online.” A programação contou, também, com a explanação de experiências exitosas das Escolas. O secretário-executivo do IPC, Paulo Alcântara Saraiva Leão, falou sobre as funcionalidades do Sistema de Gestão de Educacional (Siged) nas capacitações de servidores do TCE Ceará, jurisdicionados e a sociedade.

Para tornar as ações de educação corporativa de maior sucesso, é necessário que os servidores se capacitem, elevando a qualidade dos trabalhos e dando um retorno maior à sociedade.

MARILDA PICCOLO

Diretora-geral do Instituto de Contas
5 de Outubro (TCE-TO)

Achei o melhor Educorp, pela variedade de experiências e pela participação de 29 Escolas de Contas. A Rede de Educação Corporativa saiu fortalecida.

EURIDIO BEN HUR FERREIRA

Coordenador-geral da Escola Superior de
Controle Externo (TCE-MS)

Avalio como excelente a experiência deste encontro. É interessante os Tribunais instituírem suas escolas e se preocuparem com a capacitação de servidores e jurisdicionados.

RAIMUNDO JOSÉ MICHILIS

Conselheiro do TCE-AM

I Encontro de Ouvidorias DESTACA PAPEL DA SOCIEDADE

Cerca de 200 representantes de órgãos da Administração Pública do Brasil se reuniram, dia 24/9, no plenário do Edifício 5 de Outubro, para o I Encontro de Ouvidorias, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará. O evento, apoiado pela Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman do Ceará (ABO/CE) e Instituto Rui Barbosa (IRB), fez parte das comemorações dos 80 anos do TCE Ceará.

A saudação inicial foi feita pelo conselheiro decano Alexandre Figueiredo. "A iniciativa é valerosa e atende um preceito da Constituição, principalmente do estado democrático de direito, para que tenhamos a preocupação em ouvir a sociedade." Compuseram a mesa de honra, além de Alexandre Figueiredo, o ouvidor do TCE Itacir Todero; o ouvidor do TCEMG, con-

selheiro José Alves Viana; e o secretário da Controladoria e Ouvidoria do Ceará, José Flávio Barbosa Jucá de Araújo.

A palestra magna "Uma visão geral sobre ouvidorias no Estado do Ceará" foi proferida pelo secretário da CGE, Flávio Jucá. Em sua exposição, o Secretário falou da criação da ouvidoria estadual, em 1997, e da junção com a Controladoria; apresentou os canais de acesso, enfocando o principal papel da ouvidoria: "trazer a população pra perto, ouvir a sociedade e tomar atitude a partir da solicitação. Não estamos só para ouvir, precisamos dar sequência ao anseio da sociedade."

A ouvidora da Universidade de Campinas (Unicamp) e membro da Diretoria da Associação Brasileira de Ouvidores/Ombudsman, Adriana Eugênia Al-

vim Barreiro, citou a atual crise de comunicação entre os seres humanos. "Temos vivenciado e registrado um empobrecimento das relações interpessoais, uma ausência de diálogo, o que pode aumentar a incidência de conflitos." Como formas de enfrentamento, segundo ela, estão a competição, fuga ao comodismo e fortalecimento do compromisso, da responsabilidade.

Na avaliação dos participantes, o I Encontro de Ouvidorias foi essencial para o fortalecimento das atividades no setor. "Em um ano de existência, a ouvidoria do TCE Ceará já tem uma capacidade desenhada de um processo contínuo", disse o ouvidor do TCE-PI, auditor Antônio Luiz Medeiros de Almeida Filho. Para Mariana Vieira, do TCM-CE, "o cidadão quer um resultado e a Rede de Ouvidorias vem enfatizar essa necessidade de uma resposta mais rápida e efetiva, com procedimentos uniformizados, ações concretas e integradas".



O Ouvidor de TCE, Conselheiro Substituto Itacir Todero, foi o anfitrião do evento.

Fale com a Ouvidoria do
TCE Ceará



0800 079 6666
(85) 3212-2222



tce.ce.gov.br



ouvidoria@tce.ce.gov.br

Marcha Contra a Corrupção

O TCE Ceará participou da 2ª Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida. Entre os dias 20 e 22/1, nos municípios do Crato e Juazeiro do Norte, os servidores Pedro Henrique Camelo e Carlos Alberto de Miranda conduziram atividades de controle social e capacitações sobre Auditorias Cívicas e Fiscalizações. O evento, promovido pela Ação Cearense de Combate à Corrupção e à Improbidade (Acecci), integra a XV Marcha Contra a Corrupção e Pela Vida, realizada em todo o Brasil. A parceria, firmada entre a Corte de Contas e a Acecci, tem por objetivo capacitar o cidadão para o exercício do controle social dos gastos públicos.

Recursos Externos

Analistas do TCE Ceará participaram de workshop sobre “Papéis de Trabalho - Auditoria de Projetos Financiados com Recursos Externos”, dias 25 e 26/11, em Fortaleza. O evento, promovido pelo BIRD e BID, foi destinado aos auditores de Tribunais de Contas que trabalham com os dois organismos internacionais. A capacitação contou com a presença de representantes do CE, PB, TO, PE, RN, RJ, SC, SE, AM, AP, PA, PR e do Distrito Federal.

Jurisprudência

Gestores da Secretaria da Infraestrutura, Departamento Estadual de Rodovias, Departamento de Arquitetura e Engenharia, CearáPortos, Cegás, Cagece e Vice-Governadoria participaram, dia 26/11, do curso Jurisprudência dos Tribunais de Contas Aplicada a Obras Públicas. O objetivo é permitir que os jurisdicionados conheçam ferramentas e metodologias capazes de evitar o sobrepreço, o superfaturamento, a paralisação e a inexecução parcial ou total de obras públicas.

Shakespeare

“Debater temas técnicos e complexos de forma humanística traz mais leveza e deixa o ambiente mais arejado.” A declaração é do escritor cearense Theófilo Silva, na 3ª edição do Café com Leitura: Contos e Encontros, dia 19/6, iniciativa do Instituto Plácido Castelo, por meio da Biblioteca Ministro Raimundo Girão. Escritor e fundador da Sociedade Shakespeare de Brasília, Theófilo Silva deixou uma lição: “dentro do serviço público, se colocar no lugar do outro é bem mais produtivo.”

Manual do Estagiário

Elaborado pelo Núcleo de Recursos Humanos, o Manual do Estagiário contém as diretrizes do Tribunal, direitos, deveres e postura profissional, valores éticos necessários para a prática do estágio de nível médio. A intenção é formar cidadãos que possam contribuir futuramente com o País. A ação beneficia jovens de 16 a 21 anos, através de convênio de cooperação técnica celebrado entre o TCE e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Doe Vida

Salvar vidas. Este foi o tema central da palestra sobre doação de sangue e medula óssea, dia 12/11, no TCE Ceará. A família da pequena Yasmine Holanda Magalhães (#ajudeamine), dois anos, diagnosticada com Leucemia Mielomonocítica Juvenil, ressaltou a importância da doação. Na ação, coordenada pelo Hemoce, servidores, colaboradores, estagiários e familiares doaram 50 bolsas de sangue e fizeram mais de 100 cadastros de medula óssea.

Apresentação Natalina

Pelo segundo ano consecutivo, o Coral Vozes da Corte se apresentou em frente ao Edifício 5 de Outubro, dias 15 e 16/12, sob o comando do maestro Carlos Augusto Pereira. Quem teve a oportunidade de ouvir as músicas ficou encantado. O Coral Vozes da Corte foi criado em 2011 e instituído por meio da Portaria nº 349, em 2014, como forma de incentivar o desenvolvimento de práticas de motivação, valorização e integração no Tribunal.



O evento aconteceu nos dias 1º e 2/10, no auditório do TCE Ceará.



“Ética, Valores e Identidade” foi o tema da palestra do prof. Dr. Clóvis de Barros.

11º Coninter Ética e Gestão de Riscos em debate

Cerca de 130 pessoas participaram, dias 1º e 2/10, do 11º Congresso Norte-Nordeste de Controle Interno e Externo (Coninter), no TCE Ceará. O evento reuniu especialistas das áreas jurídica, contábil e financeira do Brasil com o intuito de aprofundar conhecimento e buscar boas práticas na atuação dos controles.

“Ética, Valores e Identidade: Ordenar nossas vontades e nossos objetivos para tomada de decisões” foi o tema da palestra proferida pelo prof. Dr. Clóvis de Barros Filho, da Universidade de São Paulo, consultor do Espaço Ética.

O tema “Gestão de Riscos na Administração Pública e o Futuro do Controle no Brasil” foi ministrado pelo mestre em administração e auditor federal de controle do TCU, Carlos Alberto Sampaio. Segundo ele, implantar gestão de riscos antecipa ameaças, evita incêndios, diminui perdas e danos, além de redu-

zir custos. “O papel dos órgãos de controle é o de incentivar a gestão de riscos, ajudar a identificá-los e avaliar a gestão.”

“Entendendo os resultados fiscais: Uma abordagem para análise dos demonstrativos fiscais por parte das Cortes de Contas” foi o tema da palestra do coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação da Secretaria do Tesouro Nacional, Paulo Henrique Feijó.

O advogado da União e professor universitário, Ronny Charles, falou sobre as “Principais polêmicas envolvendo a aplicação de sanções administrativas nas licitações e contratos”. O engenheiro e advogado, Cláudio Sarian Altounian, palestrou sobre “Otimização dos processos licitatórios: Novas soluções para velhos problemas”. O debate prosseguiu com a explanação do contabilista e advogado de Direito Tributário e Empresarial, Alexandre Marques, que

ministrava palestra sobre “Prestação de Serviços X Aquisição de Material - Equívocos comuns na contratação e suas repercussões no âmbito tributário”. A programação foi encerrada com palestra do consultor jurídico do TCU, Sandro Grangeiro Leite: “O Sigilo das informações perante os Tribunais de Contas: Sob a ótica do atual conjunto normativo e da visão do Supremo Tribunal Federal”.

Participaram conselheiros de 12 Tribunais de Contas brasileiros e representantes de 13 Estados, entre controladores, gestores, servidores, auditores, técnicos e analistas de controle externo, ordenadores de despesas e assessores jurídicos. Do TCE Ceará, prestigiaram o evento os conselheiros Edilberto Pontes, Rholden Queiroz, Soraia Victor e Patrícia Saboya, o procurador de Contas, Gleydson Alexandre. O 11º Coninter, sediado no TCE Ceará, foi realizado pela JAM Jurídica Edição e Eventos Ltda.



Acesse a Galeria de Fotos do Coninter NO/NE:

<http://www.tce.ce.gov.br/comunicacao/imagens>



Licitações Eficientes

O engenheiro e advogado, Cláudio Sarian Altounian, palestrou sobre “Otimização dos processos licitatórios: Novas soluções para velhos problemas”, durante o 11º Coninter, realizado no TCE Ceará. Cláudio Sarian deu exemplos sobre eficiências e ineficiências no momento de uma contratação e ressaltou o trabalho feito pelos Tribunais de Contas na área de Governança Pública. “A maior parte dos problemas em uma licitação é a má condução e quem perde é o cidadão, que espera um bom serviço prestado pelo Estado. A licitação é meio. A finalidade só é alcançada quando entregamos o produto,” afirmou. Cláudio Sarian é dirigente do TCU há mais de dez anos, sete dos quais como titular da Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União. Foi coordenador, no âmbito do TCU, de grupos responsáveis pela elaboração de “Manual de Tomada e Prestação de Contas Anuais”, “Manual de Tomada de Contas Especial”, e “Metodologia para apuração de sobrepreço em obras públicas”. Autor do Livro “Obras Públicas: Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização (Forum, 2009)”.



AGILIDADE - Um dos primeiros desafios do controle externo é estruturar um sistema de auditorias que consiga identificar as irregularidades de modo tempestivo. Acabou-se a lógica de se fazer fiscalização depois do problema ter acontecido. É preciso que os sistemas de informação apontem de forma rápida o momento da ocorrência da irregularidade para que os Tribunais encontrem ou ouçam o gestor naquele momento específico e peçam os esclarecimentos e avaliem a possibilidade da emissão de cautelar.

ORIENTAÇÃO - Quanto melhor for a contribuição dos Tribunais, seja criando cartilhas, jurisprudências claras, estabelecendo diálogos ou eventos com o público, menos erros serão cometidos por quem tiver essas informações.

GOVERNANÇA - Esse é o grande desafio: atuar na causa primária do

problema. Chega de atuarmos nas consequências. Quanto melhor nossa atuação nos momentos iniciais, na estrutura do órgão para aplicar bem o recurso, mais efetivo será o papel do controle para a sociedade.

“*Este é o grande desafio: atuar na causa primária do problema.*”

AUDITORIA - O TCU mudou sua forma de atuação nos últimos anos. Especializou todas as secretarias de controle externo, que antes eram conhecidas por números e agora são identificadas por área de atuação. Isso permite aos auditores ter uma melhor dimensão do seu papel.

As auditorias coordenadas, realizadas em parceria com os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, também são muito importantes, porque os recursos públicos são aplicados de forma transversal.

PREVENÇÃO - Chegar nos momentos iniciais de um empreendimento é fundamental. Para isso, o controle tem que estar equipado, seja em termos de metodologia ou de pessoas treinadas. Desta forma, é possível evitar riscos invisíveis e fazer uma análise de governança. O controle feito quando o edital está sendo publicado permite verificar se há sobrepreço ou direcionamento e mandar corrigir antes da assinatura do contrato. A correção dos problemas em momentos iniciais é muito importante para que eles não se transformem em grandes problemas para o País. Quanto mais cedo o controle chegar mais efetiva será sua atuação.



Tribunal de Contas do Estado do Ceará

“É com muita alegria que esta Corte de Contas completa 80 anos. Em um país de instituições frágeis, isto não é pouca coisa. Quis o destino que o dia 5 de outubro fosse também o da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Constituição cidadã, que tanto ampliou as responsabilidades das Cortes de Contas. Uma feliz coincidência, a nos lembrar e alertar que a Constituição é o guia maior, e que vivemos sob o seu império, e que sem isso não há progresso possível.” A declaração foi feita pelo então presidente Valdomiro Távora, durante a solenidade em comemoração aos 80 anos do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, dia 9/11, no auditório do Edifício 5 de Outubro.

“A luta do TCE é a luta pelo melhor uso do dinheiro do povo. É a dificuldade pelo cumprimento das leis orçamentárias, das leis que regem as licitações e contratações e a responsabilidade fiscal, é a lida por um serviço público melhor e que atenda bem ao cidadão”, ressaltou. Segundo ele, dizer não e punir desvios, ilegalidades, irregularidades é quase sempre uma tarefa antipática. “Mas esta Corte vai

continuar cumprindo sua missão com altivez.”

Nos últimos dez anos, o TCE Ceará implantou sua Escola de Contas, renovou as normas regimentais e a Lei Orgânica, modernizou sua sede e seus sistemas de tecnologia da informação e realizou dois concursos públicos. “A Corte prepara-se para o futuro. Olha e aprende com o passado, vive o presente e seus desafios. Daí a imperiosa

necessidade de mecanismos e instituições de controle fortes e independentes”, disse Valdomiro Távora.

A solenidade em comemoração aos 80 anos do TCE Ceará foi aberta pelo Octeto de Cordas da Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho, que entoou o Hino Nacional e peças de Mozart e Bach. Destaque para a apresentação conjunta com o Coral Vozes da Corte, do Tribunal, regi-



Durante a solenidade, houve o lançamento do Selo e Carimbo comemorativos aos 80 anos.



O carimbo e o selo comemorativos são marcas filatélicas, que registram os 80 anos da Corte de Contas e servem de fonte de pesquisa bibliográfica e iconográfica no Museu Nacional dos Correios, em Brasília (DF).



O governador Camilo Santana recebeu uma réplica do Carimbo alusivo aos 80 anos da Corte.

do pelo maestro Carlos Augusto Pereira, que apresentaram a Nona Sinfonia de Beethoven.

Prestigiaram a solenidade o governador Camilo Santana; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Zezinho Albuquerque; a presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Iracema do Vale; o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio; o procurador-geral de Justiça, Alfredo Ricardo de Holanda Machado; o presidente do TCM Ceará, Francisco Aguiar; o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE, Eduardo de Sousa Lemos; o ex-governador Cid Ferreira Gomes; e o secretário-geral da OAB Ceará, Jackson Cruz.

Do TCE Ceará, estavam presentes os conselheiros Alexandre Figueiredo, Edilberto Pontes, Rholden Queiroz e Patrícia



O ex-governador Cid Ferreira Gomes recebeu a Medalha Mérito de Contas da Corte.

Saboya; os conselheiros substitutos Itacir Todero e Paulo Cesar de Souza; e o procurador de Contas Gleydson Alexandre; além de demais autoridades, servidores, colaboradores, professores e estudantes.

Na ocasião, houve o lançamento do Selo e Carimbo comemorati-

vos aos 80 anos, que marcam as correspondências enviadas pelo TCE Ceará. O governador Camilo Santana recebeu uma réplica do Carimbo alusivo aos 80 anos da Corte. Segundo o diretor-geral dos Correios, Haroldo Aragão, o carimbo original ficará no Museu Nacional dos Correios em Brasília. "Os

Correios reconhecem esse trabalho, que é de inovação. Reconhecem e parabenizam o TCE por iniciativas de vanguardas, como é o Projeto Controle Cidadão, primando pela transparência, que não é só necessária, mas essencial.”

A solenidade também contou com a entrega do Prêmio Ministro Plácido Castelo aos dez estudantes que obtiveram maior êxito no IV Concurso Nacional de Redações, realizado pela Escola de Contas (IPC). A diretoria do Instituto foi representada pelo conselheiro Alexandre Figueiredo, Francisco Otávio de Miranda e Hilária Barreto. Além dos Certificados, houve premiação em dinheiro aos três primeiros colocados.

Momento marcante do evento foi a entrega da Medalha de Mérito da Corte de Contas ao ex-governador Cid Ferreira Gomes, que ocupou entre outros cargos públicos os de Presidente da Assembleia, Prefeito de Sobral, Governador do Ceará e Ministro da Educação. “Recebo com muita gratidão essa Medalha. É com honra que guardarei essa homenagem.”

O governador Camilo Santana encerrou a solenidade destacando a missão desta Corte. “O TCE tem papel fundamental de conduzir os recursos públicos, para que sejam aplicados de forma



Octeto de Cordas da Orquestra de Câmara Eleazar de Carvalho em apresentação conjunta com o Coral Vozes da Corte do Tribunal.



Autoridades prestigiam a comemoração dos 80 anos do Tribunal.

transparente, garantindo a cidadania e o equilíbrio das contas públicas do Estado. Parabens pela evolução nesses 80 anos, pela prevenção para que os recursos sejam bem aplicados e possam sempre trazer um retorno à população cearense.”

Os presentes puderam apreciar,

no 4º Andar do Edifício 5 de Outubro, a Exposição Fotográfica dos servidores e colaboradores do TCE, durante a IV Mostra de Talentos, cujo tema foi “Flores e Frutos do Ceará”. O IPC também organizou uma exposição com cartazes sobre os trabalhos desenvolvidos pela Escola de Contas.

Divulgado resultado do IV Concurso Nacional de Redações

Os estudantes Deivid Mota Santana, Francisco Diego de Oliveira Gomes e Francisco Guilherme da Costa Medeiros foram os três vencedores do IV Concurso Nacional de Redações Prêmio Ministro Plácido Castelo, realizado pelo TCE Ceará. O valor da premiação foi de R\$ 2,5 mil (1º lugar), R\$ 1,5 mil (2º) e R\$ 1 mil (3º). Os dez primeiros colocados receberam Certificado de Missão Honrosa.

A temática desenvolvida foi "Tribunal de Contas e Cidadãos: Uma Relação de Parceria no Combate ao Desperdício do Dinheiro Público".



Os dez primeiros colocados receberam Certificado de Missão Honrosa.

A 4ª edição teve um recorde de adesão: se inscreveram 286 alunos de 51 escolas das redes pública e particular, contabilizando um aumento de 132% sobre o quantitativo de 2014, que teve 123 trabalhos enviados. Participaram alunos de 19 municípios do Ceará, regularmente matriculados do 1º, 2º e 3º anos do ensino médio, maiores de quatorze anos.

Promovido pelo Instituto Plácido Castelo (IPC), o IV Concurso Nacional de Redações tem como objetivo incentivar o interesse dos educandos pelas instituições de controle externo, divulgando o papel constitucional da Corte Cearense e contribuindo para o processo de formação da cidadania, através do controle social.

Conheça os vencedores

- | | | | |
|---|---|----|---|
| 1 | Deivid Mota Santana
E.E.M. Governador Aduino Bezerra | 6 | Lucas Freire Falconery
IFCE – Campus Fortaleza |
| 2 | Francisco Diego de Oliveira
E.E.M. Governador Aduino Bezerra | 7 | Ana Carolina B. do Nascimento
E.E.F.M. Walter de Sá Cavalcante |
| 3 | Francisco Guilherme da Costa
E.E.F.M. Prof. Jociê Caminha de Meneses | 8 | Débora Miranda Costa
E.E.F.M. Prof. Jociê Caminha de Meneses |
| 4 | Ana Carolina Silva Reutiman
E.E.M. Governador Aduino Bezerra | 9 | Danilo dos Santos Gonçalves
E.E.M. Profa. Eudes Veras |
| 5 | Laís Gonçalves de Sousa
E.E.M. Governador Aduino Bezerra | 10 | Elisa Mirna Lima
Colégio Militar do Corpo de Bombeiros |

O TRIBUNAL E A HISTÓRIA



O TCE Ceará disponibilizou em seu portal institucional uma área destinada a sua história, onde estão registrados os principais acontecimentos dessas oito décadas. O conteúdo contempla uma linha do tempo, com informações sobre os fatos importantes, entre eles a assinatura do Decreto nº 124, de 20/9/1935, no qual o governador Francisco Menezes Pimentel cria o Tribunal de Contas do Ceará. Também relembra as interrupções na fiscalização dos trabalhos e o seu fortalecimento, com a Constituição de 1988.

O cidadão poderá conhecer mais sobre a missão do Tribunal, suas atribuições e a composição atual. Também terá acesso ao perfil de todos os conselheiros, a uma galeria multimídia e a um calendário histórico do Ceará.

A página eletrônica foi desenvolvida pela Assessoria de Comunicação Social da Corte de Contas, com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação, do Arquivo e da Biblioteca Ministro Raimundo Girão.



“HISTÓRIA E GESTÃO” RESGATA MOMENTOS IMPORTANTES DA CORTE DE CONTAS DO CEARÁ

O livro “História e Gestão - Presidente Valdomiro Távora – 2012/2015” reconta detalhes importantes, como a criação da Corte de Contas, suas interrupções, conquistas e lutas. Também destaca a galeria dos ex e atuais conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores de contas junto ao TCE Ceará.

O cidadão poderá, pela publicação, conhecer mais sobre o papel do Tribunal de Contas do Ceará, sua missão, visão e valores. Os principais avanços dos últimos quatro anos, durante duas gestões consecutivas do conselheiro Valdomiro Távora, também estão relatados.

O livro oferece informações sobre

inovação e modernização, agilidade e qualidade, gestão estratégica e processos internos, transparência e participação social. Destaca ações que garantem uma maior aproximação com a sociedade, como a implantação da Ouvidoria, o Controle Cidadão e o TCE Debate.

“Resgatar a história do Tribunal de Contas do Estado do Ceará é registrar a força da nossa instituição, que chega aos 80 anos se renovando, aceitando novos desafios, expandindo sua atuação. Desta forma, continuará por muitas décadas, sempre contribuindo para o crescimento econômico, a justiça social e o bem-estar da população cearense,” destaca Valdomiro Távora.



Acesse a íntegra do livro História e Gestão:

<http://www.tce.ce.gov.br/publicacoes/publicacoes>



PUBLICAÇÃO CONTA TRAJETÓRIA DO INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO

Está disponível no portal do TCE Ceará, publicação que conta a trajetória do Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC). Os dez capítulos narram a criação da Escola, os projetos e os programas desenvolvidos ao longo dos sete anos.

O documento registra as capaci-

tações realizadas para servidores, jurisdicionados e sociedade, os programas Gestores Escolares e Agente de Controle, os ciclos de palestras e os debates promovidos pela Escola, além das visitas guiadas para estudantes universitários. Também fala do programa de Educação a Distância (e-DUCANDO).



Acesse a íntegra da publicação:

<http://www.tce.ce.gov.br/publicacoes/publicacoes>



NEAD GANHA NOVAS INSTALAÇÕES

Foram inauguradas, em 7/7, as novas instalações do Núcleo de Educação a Distância (NEaD), da Escola de Gestão Instituto Plácido Castelo (IPC). Funcionando no 1º andar do IPC, o espaço conta com sala para tutores, reuniões e videoconferência, estúdio, administração e coordenação.

“Fomos pioneiros no Brasil na promoção do EaD, mas não tínhamos estrutura própria. Agora, podemos nos comunicar diretamente daqui com pessoas do Brasil e do mundo”, destacou o diretor-presidente do IPC, conselheiro Alexandre Figueiredo.

Na ocasião, o padre Luís Alberto, sacerdote da Igreja do Rosá-

rio, deu uma bênção especial ao novo ambiente de ensino a distância. A solenidade de entrega das novas instalações do NEaD foi encerrada com palavras de agradecimento ao conselheiro Valdomiro Távora, pelo apoio à execução das obras.

“Nosso objetivo é oferecer um espaço mais amplo, capaz de garantir um ensino de qualidade em um ambiente que possibilite uma maior oferta de cursos e vagas”, ressaltou o diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, Francisco Otávio de Miranda Bezerra.



O padre Luís Alberto deu uma bênção especial ao novo ambiente de ensino a distância.

“CONTROLE CIDADÃO” DESTACA PAPEL DO TCE

A Corte de Contas do Ceará encaminhou aos órgãos públicos, escolas, bibliotecas, universidades e outras instituições kits

com libretos e DVDs do Projeto Controle Cidadão, contendo informações sobre o papel do TCE Ceará, seu funcionamento e suas competências, entre outros temas. Esta é mais uma etapa prevista no projeto, feito em parceria com a Fundação Demócrito Rocha (FDR).

Disponível também para download no portal institucional, o material consolida o conteúdo dos 12

fascículos, encartados no jornal O Povo, e das 12 videoaulas do curso a distância Controle Cidadão, realizado de junho a agosto. O curso registrou mais de 30 mil inscritos e foi realizado pela Universidade Aberta do Nordeste, com o apoio da Universidade Federal do Ceará. Os certificados dos aprovados foram emitidos pela FDR. O Controle Cidadão tem como objetivo principal estimular a participação da sociedade.



PROGRAMAÇÃO DE CURSOS A DISTÂNCIA PARA 2016

O Núcleo de Educação a Distância (NEaD) divulgou a programação de cursos para 2016. Serão 30 cursos a distância ofertados para servidores, jurisdicionados e abertos à sociedade. Os eixos temáticos são: Orçamento e Finanças Públicas, Licitação, Contratos Administrativos e Convênios, Direito, Controle Social, Auditoria, Controle Externo e Interno, Gestão Pública, Projetos e Educação Corporativa.

MÊS	CURSO
Janeiro	GESTÃO DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO
Fevereiro	FORMAÇÃO DE TUTORES DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DO IPC
	CONTABILIDADE GERAL
	GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNO
Março	CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
	AUDITORIA GOVERNAMENTAL GESTÃO PATRIMONIAL
Abril	EXTENSÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO À GESTÃO PÚBLICA
	ANÁLISE DE BALANÇOS DO SETOR PÚBLICO DE ACORDO COM A NOVA ESTRUTURA CONTÁBIL
	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF
	EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL
Maio	PREGÃO ELETRÔNICO SEGUNDO A JURISPRUDÊNCIA DOS TC'S
	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL E REDAÇÃO OFICIAL
	INTRODUTÓRIO DE REGRAS DE APOSENTADORIA APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
Junho	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS
	ÉTICA, CONTROLE SOCIAL E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
	INTRODUTÓRIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MÊS	CURSO
Julho	ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO E TERMO DE REFERÊNCIA
	AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O CONTROLE DOS CONTRATOS DE GESTÃO NO ÂMBITO DOS TC'S
Agosto	EXTENSÃO EM DIREITO TRIBUTÁRIO – RECEITAS CONSTITUCIONAIS
Setembro	INTRODUTÓRIO DE CONTROLE EXTERNO
	A NOVA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A TRANSPARÊNCIA, MORALIDADE E INTEGRIDADE PÚBLICAS (SISTEMA BRASILEIRO ANTICORRUPÇÃO)
	PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TCE CEARÁ AUDITORIA OPERACIONAL
Outubro	EXTENSÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONVÊNIOS
	GESTÃO DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO
Novembro	EXTENSÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO – ASPECTOS CONTÁBEIS E DA GESTÃO OPERACIONAL
	RESPONSABILIZAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

O TCE Ceará, por meio do IPC, realizou, dia 17/12, uma reunião com os coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria Profissional (PPAC-Prof) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Voltado aos servidores, o encontro teve como objetivo apresentar os procedimentos para ingresso no curso de Mestrado em Administração e Controladoria Profissional. José Carlos Lázaro, Suzete Pitombeira e Adriano Gomes, coordenadores da UFC, deram informações sobre o processo seletivo, as linhas de atuação, grade curricular, carga horária, número de vagas, duração e valores. O Edital deverá ser lançado em fevereiro.



Aprovada Resolução sobre procedimentos de Auditoria Operacional

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará aprovou, por unanimidade de votos, dia 8/12, Resolução Administrativa nº 10/2015, que institui os procedimentos relativos à Auditoria Operacional. A seleção do objeto de auditoria será pautada nos critérios de agregação de valor, materialidade, relevância e vulnerabilidade.

Após a apreciação pelo Plenário do Tribunal, será dada publicidade dos resultados da Auditoria Operacional (Relatório Final de Auditoria e Relatórios de Monitoramento), mediante a disponibilidade dos relatórios no portal da Corte.

A tramitação dos processos de auditoria operacional deverá ocorrer com a celeridade necessária, de forma a garantir a

adoção tempestiva das medidas recomendadas e/ou determinadas. Caberá ao gestor e seus sucessores cumprí-las ou implementá-las.

Se no decorrer da auditoria operacional forem verificados indícios de irregularidades, a Secretaria de Controle Externo será comunicada para adoção das providências cabíveis.

SAIBA MAIS

A implantação das Auditorias Operacionais no TCE Ceará, em 2008, possibilitou ampliar a visão referente a grandes temas de interesse da população cearense, contribuindo para se chegar a diagnósticos mais conclusivos sobre as dificuldades enfrentadas em diferentes áreas de atuação do Estado. A Corte de Contas já desenvolveu ações em: Atenção Básica da Saúde, Unidades de Conservação de Proteção Integral (Meio Ambiente), Programa Saúde da Família, Programa de Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental, Programa Ronda do Quarteirão (Segurança Pública), Ensino Médio (Educação) e Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais (Infraestrutura). Estão em fase de conclusão as auditorias operacionais em Transporte Escolar e Gestão de Recursos Hídricos. Além dos aspectos de legalidade, a Auditoria Operacional avalia as políticas públicas e as atividades governamentais sob os critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, sustentabilidade e transparência. O objetivo é promover o aperfeiçoamento da gestão.



RECURSOS HÍDRICOS

Aferir a capacidade do Estado em assegurar que todos os cearenses tenham acesso à água, em padrões de qualidade e quantidade satisfatórios. Esse é o objetivo da auditoria operacional que o TCE Ceará está realizando para avaliar a gestão dos recursos hídricos desenvolvida pelo Governo. O processo nº 05300/2015-1 tem a relatoria da conselheira Patrícia Saboya. “Vamos avaliar as ações de planejamento, gestão, controle, conservação, proteção e preservação deste precioso bem”, disse a Conselheira. Estão sendo investigados se a Gestão dos Recursos Hídricos está compatível com a dinâmica do ciclo hidrológico para assegurar as condições de desenvolvimento social e econômico, em equilíbrio com o meio ambiente.



TRANSPORTE ESCOLAR

Finalizadas as atividades de campo referentes à fiscalização do transporte escolar público. Foram aplicados mais de mil questionários aos alunos, motoristas e representantes dos pais e professores que compõem os conselhos, nas 25 escolas de ensino médio regular e profissionalizantes visitados. Também foram realizadas entrevistas com os gestores escolares e secretários municipais de educação de 15 municípios cearenses: Aiuaba, Aquiraz, Aratuba, Arneiroz, Canindé, Independência, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Maranguape, Milagres, Morada Nova, Paraipaba, Poranga, Redenção e Senador Sá. O principal objetivo é avaliar as ações de apoio ao transporte escolar sob responsabilidade do Estado.

Trabalhos coordenados garantem mais qualidade às políticas públicas

Acordo de cooperação técnica firmado pelo TCE Ceará com a Associação dos Membros das Cortes brasileiras (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) viabilizará a realização de trabalhos coordenados com o Tribunal de Contas da União (TCU) em seis áreas:

- Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos por Estados, Municípios e Distrito Federal;
- Levantamento em governança e gestão da saúde em organizações estaduais e municipais;
- Verificação de informações obtidas no levantamento nacional sobre governança na administração pública;
- Atualização de informações acerca da situação de governança na administração pública;
- Planejamento da estratégia de controle da segurança pública; e
- Planejamento da estratégia de controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na administração pública nacional.

O TCE Ceará tem cumprido rigorosamente as atividades estabelecidas e o prazo para conclusão destas auditorias será até o final de 2017. A Secretaria de Controle Externo da Corte já iniciou os trabalhos na área da Saúde, RPPS e Segurança Pública, com participação em treinamentos promovidos pelo TCU.

Na área de saúde, o trabalho consiste no levantamento de dados, em âmbito nacional, e está sendo realizado simultaneamente pelos Tribunais de Contas brasileiros. O objetivo é conhecer e avaliar as práticas e controles adotados pela alta gestão, visando criar um Modelo Referencial — gestores e sociedade — para aperfeiçoar as ações e os procedimentos das políticas públicas de saúde.



Inspeção em quadras esportivas

A 11ª Inspeção de Controle Externo realizou Auditoria de Conformidade nos contratos celebrados com a Secretaria da Educação (Seduc) para construção de quadras esportivas cobertas em estrutura metálica. Foram averiguadas a existência de projeto estrutural; a conformidade dos projetos estruturais com os afeitos in loco; a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica do projetista estrutural, a execução e fiscalização da obra; e a conservação dos elementos executados.

As inspeções foram realizadas em quadras esportivas da Região Metropolitana de Fortaleza, Regiões Norte e do Cariri, construídas com recursos estaduais. O objetivo é prevenir acidentes e, assim, melhorar a qualidade dos equipamentos. Após a fase de coleta de dados, será feito um relatório de auditoria de inspeção com a conclusão dos trabalhos. O resultado, com os achados da auditoria, será enviado à Seduc, para as devidas providências.

O Governo do Estado investiu R\$ 45,7 milhões em 66 contratos firmados entre a Seduc e empresas contratadas pela Secretaria, entre os anos de 2012 e 2014, visando à construção de quadras esportivas cobertas em estruturas metálicas. O montante de R\$ 25,8 milhões aplicados em 2014 estão sendo auditados pelo TCE Ceará.

CULTURA POPULAR

religião, arte & costumes

Terra de grandes escritores, como José de Alencar e Rachel de Queiroz; berço de talentos do humor, entre eles Chico Anysio e Renato Aragão, o Ceará possui uma cultura rica, com múltiplas características. Preservar as tradições por meio de imagens e divulgar as manifestações culturais, a alegria e a criatividade do nosso povo são alguns dos objetivos da II Mostra de Talentos.



Renda de bilro, Aquiraz

Kelly de Castro - Assessoria de Comunicação

O bilro é uma pequena haste de madeira, acoplada a uma semente de buriti em uma ponta e envolta em linha na outra. A renda é criada com o manusear dos bilros, jogados de um lado para outro pelas mãos ágeis das rendeiras, uma tradição que passa de mãe para filha. A partir da renda, é possível produzir peças como colchas, toalhas, caminhos de mesa e saídas de praia. A renda de bilro é um produto típico cearense. Em Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza, funciona o Centro de Rendeiras, onde as artesãs tecem rendas de bilro e labirinto, heranças dos colonizadores portugueses.

Música - Fortaleza

Carmem Júlia - Coordenadoria de Saúde

Forró, música erudita, jazz, blues, rock, xote, baião, modinha, canções folclóricas e outras variedades de ritmos são ouvidos diariamente no Ceará. Em todos os cantos, há opções de espaços para apresentação de artistas populares.



Artesanato em palha - Cascavel

Wesmey Silva - Controladoria

O artesanato de cestaria e do trançado no Ceará é dominado pelo emprego da palha de carnaúba, do bambu e do cipó para a confecção dos mais diversos objetos, tais como chapéus, bolsas, cestas. Em Cascavel, a 60 km de Fortaleza, também destaca-se a confecção de móveis e objetos de decoração com o cipó-de-fogo. A atividade nasceu da produção de móveis e caquiás para os próprios moradores. A produção inclui jarros, objetos natalinos, porta-retratos, potes e luminárias, entre outros. O Polo de Artesanato de Cascavel está localizado no trevo da CE 040.

Jangadeiro - Barra Nova, Cascavel

Fabiano Nascimento – Núcleo de Recursos Humanos

A jangada faz parte da paisagem de todo o Nordeste, e o jangadeiro, cantado em prosa e verso pelos poetas cearenses, vive da pesca, navegando ao sabor das ondas nestas embarcações. A foto foi feita na praia de Barra Nova, em Cascavel, a 75 km de Fortaleza. Com areias claras, Barra Nova possui trechos desertos, barreira de recifes e dunas.



Artesanato com areia colorida - Fortaleza

Daniel Cavalcante - Gabinete Conselheira Patrícia Saboya

A arte de fazer desenhos com areia colorida dentro de potes, garrafas e copos de vidro é passada de geração em geração no Ceará. Com paciência e concentração, o artesão coloca várias camadas de areia dentro do recipiente e, com a ajuda de um arame de cobre pontiagudo, faz com que o tom desejado deslize entre os outros. Praia das Fontes e Morro Branco, em Beberibe, e Majorlândia e Canoa Quebrada, em Aracati, são fontes de matéria-prima para esta arte, bastante admirada pelos cearenses e turistas.

Devoção a São Francisco - Canindé

Elane Maria Santiago - Secretaria de Administração

Na comemoração pelo Dia de São Francisco, em 4 de outubro de 2005, foi inaugurada em Canindé (a 120 km de Fortaleza) a Estátua de São Francisco em homenagem ao santo, padroeiro da cidade. A Estátua, que foi erguida sem pedestal e medindo 30,25 metros de altura, está posicionada no alto do morro, olhando para o Município. O monumento, protegido por um lago em seu entorno, serve tanto para fortalecer a fé quanto para incrementar o turismo da região. Cerca de 2,5 milhões de pessoas visitam o lugar na semana dedicada a São Francisco, que geralmente acontece de 26 de setembro a 4 de outubro.



As fotos fazem parte da II Mostra de Talentos - Fotografia - do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, realizada no segundo semestre de 2013. As belas imagens também são destaque nas publicações da Corte.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE FISCAL DA LEI

Eduardo de Sousa Lemos, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCE Ceará, fala nesta entrevista da relação de interdependência entre o Tribunal de Contas e o MP e a importância da sinergia entre as duas instituições para alcançar um objetivo comum: o de resguardar o erário. “São sete cabeças, dez com os auditores e treze com os procuradores. Se não tivermos uma boa relação, não vamos produzir. Esse grupo tem que ser o mais homogêneo possível para construir uma instituição que sirva à sociedade e não que sirva à si mesma. Creio que o novo Presidente conseguirá superar os desafios junto a seus pares.”



MISSÃO - Até a Constituição de 1988, o Ministério Público comum oficiava na maioria dos Tribunais de Contas. No Ceará, o MP junto ao TCE foi instituído em 2007, com a missão de guardar a Lei e garantir sua fiel execução. Onde estiver o Estado também estará o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Os dois precisam agir em sinergia para alcançar um objetivo comum, que é o de resguardar o erário.

ATUAÇÃO - O Tribunal tem entre suas atribuições a de julgar, que é fazer um juízo de valor sobre um mérito das contas e das despesas públicas. O MP é aquele que deve provocar o Tribunal de Contas para que julgue um ato toda vez que tomar ciência de algum fato que possa caracterizar irregularidade. É bem verdade que o próprio Tribunal tem a fase de investigação, mediante auditorias e inspeções.

O TCE e o MP não concorrem: se o TCE já fez uma auditoria o MP não irá fazer. Aliás, o MP faz procedimentos próprios de apuração de determinados fatos, e essa apuração é levada ao conhecimento do Tribunal, que vai julgar o feito e emitir um juízo de valor sobre o mérito.

melhores instalações físicas, gabinetes maiores. Vamos buscar mais junto ao atual presidente Edilberto Pontes, um conselheiro que vem de origem técnica. Temos grandes esperanças de que continuaremos avançando nessa gestão. E conseguimos com a construção de um diálogo aberto.

DESAFIOS - Lançamos o nosso site oficial, com domínio próprio (www.mpc.ce.gov.br). Hoje, o cidadão pode mandar mensagem, denunciar, falar com o MP de Contas. Queremos abrir outros canais de comunicação com a sociedade e entidades civis. O MP tem que ser visto como um órgão de defesa da sociedade. Ele só existe por isso.

CONTROLE SOCIAL - O Tribunal, assim como o MP, também tem que se estruturar para atender as demandas sociais que virão. Cabe ao TCE induzir

“É muito bom olhar os efeitos do que produzimos...”

AVANÇOS - Na gestão do conselheiro Valdomiro Távora muito se fez. Conseguimos cargos,

o fortalecimento do controle social. Ele tem que ser um órgão agente, que estimula e propicia o desenvolvimento. Sem esse desenvolvimento, o Tribunal e o MP ficarão trancafiados, e a sociedade não vai conseguir ver sua atuação. Isso pode gerar uma crise de legitimação popular. O pior que pode ocorrer para uma instituição é ela se perder no processo de legitimação, quando a sociedade não vê nela algo que represente os seus interesses. Para que a instituição não caia em descrédito, tem que estar atenta. No Legislativo, há uma renovação a cada 4 anos. Já no Judiciário, nos Tribunais de Contas e no MP os cargos são vitalícios. Sua legitimação social vem da atividade diária. É no seu atuar que a sociedade vê um espelho.

NOVA GESTÃO - Nossa esperança é que seja feita uma reforma administrativa na gestão do conselheiro Edilberto Pontes, que aproxime mais o Tribunal da sociedade. Hoje, um pedido de cópia de processo leva dois meses para ser atendido; tem processo de contas tramitando há mais de 20 anos. Precisamos falar isso para que as

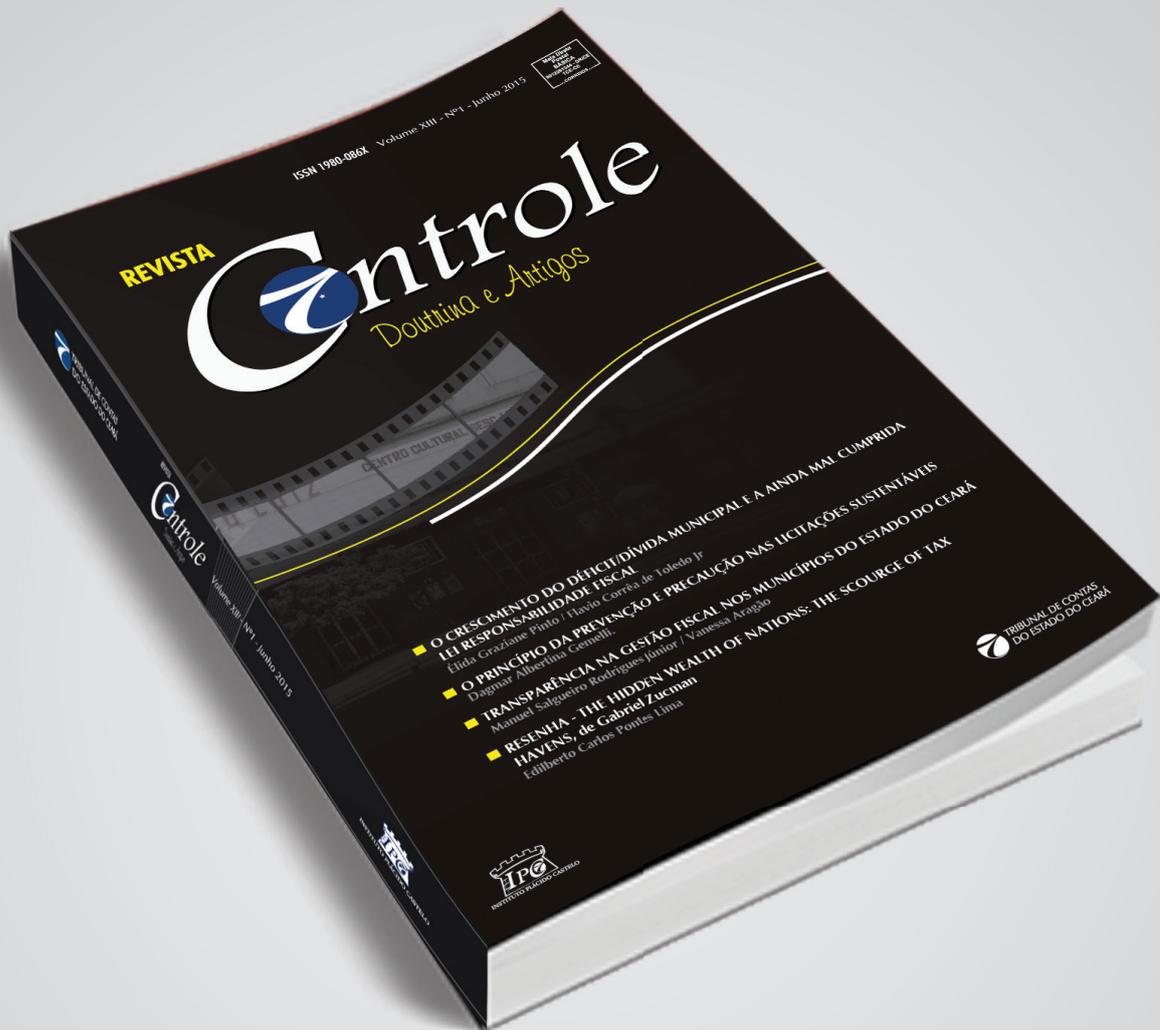
falhas sejam corrigidas e não voltem a se repetir. As contas de 2014 devem ser julgadas em 2015. As de 2015 devem ser julgadas em 2016. A eficiência é um princípio constitucional. É uma obrigação nossa dar uma resposta célere, coesa e segura para a sociedade.

CONTROLE - Estamos indo para o controle concomitante: julgar hoje o que está acontecendo hoje no Estado. Assim, o Tribunal e o MP se farão sentir pela sociedade. Os frutos serão colhidos porque os resultados serão vistos. O cidadão vai legitimar o Tribunal e o MP. Não falo em legitimação política, nem eleitoral. É uma legitimação pela afirmação dos benefícios para a sociedade. Temos que construir essas pontes.

COLEGIADO - Sei que os desafios são grandes. Se a relação hierárquica já é difícil, imagine a relação

entre iguais, que é uma relação de coordenação. São sete cabeças, dez com os auditores e treze com os procuradores. Se não tivermos uma boa relação, não vamos produzir. Esse grupo tem que ser o mais homogêneo possível para construir uma instituição que sirva à sociedade e não que sirva à si mesma. Trabalhando com afinco, garra e amor vamos ver os resultados. A pior coisa é chegar ao fim de um ciclo da vida, olhar para trás e ver que não se fez nada. É muito bom olhar os efeitos do que produzimos e se o que foi feito está sendo sentido pela população. Creio que o novo Presidente conseguirá superar os desafios junto a seus pares.





SEU ARTIGO FAZ O NOSSO CONTEÚDO

A Revista Controle é uma publicação do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, composta por artigos sobre Direito, Finanças Públicas, Controle Externo, Lei de Responsabilidade Fiscal, Processo Administrativo, Contabilidade Pública e temas afins.

Envie seu artigo para revistacontrole@tce.ce.gov.br

